

Joedson Alves/Agência Brasil

BRASILIANAS

Divulgação/Inas-DF



O Tribunal de Contas cobra ações do GDF no Inas

TCDF expõe crise e falhas graves no GDF Saúde

O GDF Saúde, plano de assistência dos servidores públicos do Distrito Federal, está no centro de uma crise que só ganhou atenção do governo após pressão do Tribunal de Contas do DF.

O TCDF instaurou investigação sobre o Inas, responsável pela gestão, depois de denúncias de atrasos em consultas, exames e cirurgias, além de cobranças consideradas abusivas.

O Ministério Público de Contas apontou deficiências graves: quadro de pessoal insuficiente, excesso de cargos comissionados e descumprimento de determinações anteriores do próprio tribunal.

Criado em 2020 como conquista histórica, o plano hoje é motivo de insegurança. Servidores relatam meses de espera por atendimento e sindicatos registram queixas diárias.

A apuração busca avaliar a sustentabilidade financeira do Inas e garantir transparência na gestão de recursos que deveriam assegurar atendimento digno.

O episódio revela não apenas falhas administrativas, mas também a demora do governo em agir: só após a intervenção do Tribunal de Contas do DF as medidas começaram a ser anunciadas.

Divulgação



Renata Sabbat comanda harmonização inédita

Renata Sabbat conduz jantar chá-vinho

Uma proposta pouco comum no cenário gastronômico brasileiro chega a Brasília no dia 26 de março: um jantar harmonizado que aproxima duas tradições milenares, o chá e o vinho. À frente da experiência está a sommelière brasileira Renata Sabbat, que conduz o “Jantar Harmonizado com Chás e Vinhos”, às 19h30, no restaurante Le Jardin Bistrot, na quadra 301 do Sudoeste.

A degustação guiada será realizada em cinco etapas, combinando chás asiáticos com vinhos brasileiros e franceses, em um exercício sensorial que explora textura, acidez, estrutura e persistência aromática. Para Renata, o diálogo entre as bebidas revela afinidades pouco exploradas. “Chá e vinho compartilham conceitos como terroir, variedade e complexidade sensorial”, afirma.

O percurso começa com o delicado chá branco Pai Mu Tan, harmonizado com tintos leves. Mais do que um jantar, a proposta convida o público a ampliar o olhar sobre o ato de degustar, em sintonia com uma tendência internacional que reposiciona o chá na alta gastronomia.

POR
WILLIAM FRANÇA

GDF reage, mas apenas sob pressão

A reação do governo à crise no GDF Saúde veio apenas depois da abertura de investigação pelo Tribunal de Contas do DF.

Pressionado pelo controle externo, o governador Ibaneis Rocha promoveu mudanças no Conselho de Administração do Inas e anunciou a substituição da empresa responsável pela auditoria das faturas da rede credenciada. Segundo ele, a contratada não cumpria suas funções, o que teria agravado os atrasos no atendimento.

O Inas, por sua vez, afirmou que não foi notificado oficialmente da representação, mas garantiu que tomará medidas cabíveis. Em nota, minimizou as alterações no conselho, tratando-as como substituições naturais.

Para os servidores, no entanto, a percepção é de que o governo demorou a agir e só tomou providências quando obrigado.

A crise expõe a fragilidade da gestão e a falta de prioridade dada a um plano que deveria representar segurança para milhares de famílias, mas que hoje simboliza des-caso e improviso.

Executivas do seguro em livro

O livro Executivas de Seguros – Série Brasília será lançado na quinta-feira (19), na Livraria da Travessa do shopping CasaPark.

A obra reúne perfis biográficos de 28 executivas que atuam no mercado de seguros no Distrito Federal e destaca trajetórias femininas que vêm transformando o setor.

Produzida pela Editora Infinita, a publicação é resultado do movimento de fortalecimento da presença feminina na seguridade, impulsionado pelo CESB – Clube das Executivas de Seguros do Brasil, entidade que amplia sua atuação a partir de Brasília.

O livro conta com prefácio da professora Sara Landini, da Universidade de Florença, presidente do Comitê Científico da Associação Internacional de Direito de Seguros (AIDA).

À frente do CESB está Regina Lacerda, da Rainha Seguros, que se consolida como uma das lideranças nacionais do movimento.

No Distrito Federal, cerca de cinco mil mulheres atuam no setor, que hoje tem maioria feminina no país.



BRB analisa aumento de capital em assembleia

Justiça suspende lei que salva BRB e GDF recorre decisão

Por Isabel Dourado

A 2ª Vara da Fazenda Pública do Distrito Federal suspendeu, na segunda-feira (16), a execução da Lei Distrital nº 7.845/2026, que autorizava o Governo do Distrito Federal a usar imóveis para o restabelecimento e fortalecimento do Banco de Brasília (BRB). No mesmo dia a Procuradoria-Geral do Distrito Federal entrou com recurso contra a decisão. O governador Ibaneis Rocha (MDB) tinha se manifestado alegando que iria recorrer da decisão. O recurso apresentado aponta que o juiz que determinou a suspensão do uso de terrenos públicos para capitalizar o BRB violou a lei por não ouvir o governo primeiro. “A ausência de oportunidade de manifestação prévia do ente público suprimiu do D. Juízo informações relevantes quanto às justificativas do ato impugnado e ensejou a concessão indevida da liminar, caracterizando o prejuízo necessário à cassação da decisão agravada”, destaca o documento.

O recurso alega que a lei aprovada autoriza o DF a realizar operações de alienação, criação de fundo imobiliário e contratação de crédito para fortalecer o caixa do Banco de Brasília. “Em termos patrimoniais, não há prejuízo ao Distrito Federal, mas apenas transformação dos ativos. Todos os bens ou valores aportados convertem-se em ações do Banco, de titularidade do Distrito Federal”, aponta o recurso. Segundo decisão do juiz Daniel

Carnacchioni, da 2ª Vara de Fazenda Pública do DF, o DF não tem “poder gerencial” sobre o banco de Brasília. “É evidente que as deliberações dos gestores deveriam anteceder qualquer solução, em especial legislativa. O processo de gestão empresarial está invertido, o que pode trazer risco ao patrimônio público, bens de empresas estatais envolvidos nesta operação econômica”, argumentou o magistrado.

A decisão atendeu a um pedido do presidente da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), Ricardo Cappelli, do deputado federal Rodrigo Rollemberg, do ex-governador Cristovam Buarque, do presidente do PSB-DF Rodrigo Dias e da deputada Dayse Amarílio. Eles alegaram risco de dano ao patrimônio público. A expectativa do GDF era de reverter a deliberação até o fim de ontem (17). Hoje (18), o Banco de Brasília (BRB) realizará uma Assembleia com os acionistas para submeter à deliberação a estratégia de ampliação do capital social da instituição.

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) aprovou ontem (17), convite ao presidente do Banco de Brasília (BRB), Nelson Souza, e ao secretário de Economia, Daniel Izaías de Carvalho, para que compareçam à comissão e respondam aos questionamentos dos parlamentares sobre a situação financeira do banco e sobre as medidas de socorro necessárias. A reunião está marcada para 7 de abril, no plenário da Câmara Legislativa do DF.